

POLÍTICA ECONÔMICA

Déficit público, um dos entraves a um pacto que segurasse preços

por Antônio Gutierrez
de São Paulo



GASTOS

O governo é o ponto frágil do tripé que sustentaria um pacto envolvendo ainda empresários e trabalhadores para conter a inflação. Esta é a opinião de alguns economistas ouvidos por este jornal, embora lideranças empresariais e de alguns segmentos trabalhistas apostem na possibilidade de um entendimento.

A redução do déficit público é a maior barreira para o sucesso desse entendimento, nascido entre os empresários, mais precisamente no Fórum Informal de Empresários, grupo que reúne oito presidentes de entidades.

A proposta inicial é de se fixar um patamar para a inflação, que seria o mesmo para reajuste de salários e preços — inclusive públicos. Esse patamar seria reduzido periodicamente, até atingir uma inflação aceitável. "Perto de 150% ao ano", segundo Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, e um defensor dessa proposta.

"A grande dificuldade é colocar freio no governo. Sarney (presidente José Sarney) nunca demonstrou disposição de fazer uma contenção (de gastos) para valer", afirmou Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo e diretor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, diretor do Instituto de Economia do Setor Público da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e um dos idealizadores do Plano Cruzado, não basta apenas que o governo corte gastos. "Se o governo aplicar uma política errada põe tudo a perder", avaliou. Na opinião de Belluzzo, o melhor seria "dar uma parada na inflação" — uma espécie de novo Plano Cruzado —, acompanhada de um pacto social com metas de longo prazo.

Szajman rebate as críticas dos economistas, confiante de que a disposição ao entendimento supera as barreiras teóricas. Mas mesmo dentro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), alguns técnicos já aconselharam o presidente da entidade, Mário Amato, a adiar a idéia de um acordo. A maior dificuldade seria o elevado déficit público. Além disso, Amato foi informado de que os preços não estão alinhados e que as taxas de juro também precisariam ser controladas. Sem isso não haveria possibilidade de acordo.

"A idéia é boa, mas não para ser aplicada neste momento", afirmou uma fonte da FIESP. Amato, no entanto, disse que a proposta de entendimento é "apenas uma idéia jogada no ar". "Desde que o governo 'dome o cavalo', poderemos começar a conversar", disse o presidente da FIESP.

TRABALHADORES

Entre os líderes trabalhistas não há consenso em torno da proposta dos em-

Roberto Macedo

presários. Enquanto os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Luiz Antonio Medeiros, e dos Eletricitários de São Paulo, Antonio Rogério Magri, começaram a debater o assunto com os empresários, a Central Unica dos Trabalhadores (CUT) já afastou a possibilidade de se alinhar a esta iniciativa, segundo informou o presidente da CUT estadual, Jorge Coelho.

"As idéias dos empresários não podem ser levadas a sério porque surgem num momento em que os trabalhadores começam a se conscientizar da situação geral do País. E quando a crise econômica e social e a falta de credibilidade surgem que vem à tona proposta de pacto", lembra Coelho. Segundo ele, a proposta da CUT é mais ampla e começa com reposição salarial para chegar a um Contrato Coletivo de Trabalho. Este estudo, disse ele, "está sendo analisado desde março último" pela FIESP.

URP

Medeiros, que na manhã da última sexta-feira manteve um encontro com Amato na sede da FIESP, disse que está apreensivo com a inflação próxima ao patamar dos 20%. "Minha preocupação é se a proposta de entendimento vai levar ao fim da Unidade de Referência de Preços (URP)", disse ele. Medeiros adiantou que não deu uma resposta final à iniciativa dos empresários, que deve ser encaminhada ao governo através de Amato. "É necessário uma negociação entre as partes. Resta saber se o governo terá coragem", observou.

Magri criticou a iniciativa dos empresários de apresentar uma proposta antes de sentar à mesa para um entendimento. "Ninguém salva este País sozinho como querem os empresários", disse. Ele ponderou no entanto que acredita no diálogo e que é necessário uma pressão da sociedade para o acordo dar certo.

A participação da sociedade também foi lembrada por Belluzzo, que insistiu ainda na necessidade de uma política de rendas. Macedo, por sua vez, frisou que as instituições e o povo não estão preparados para um pacto, mas que é uma medida que vem defendendo há cinco anos. Para ele, permanece no Brasil "a lei do Gerson" e um governo autoritário, que não cede a um controle. "A origem do pacto é a Escandinávia, onde existe o mais alto grau de civilização", ironizou Macedo.